



A crise, afinal, resulta em obras

Se houver lisura, as verbas liberadas para eleger Aldo Rebelo podem ser uma bênção

Que me perdoem os puristas, mas o governo ter-se comprometido a liberar verbas de R\$ 1,51 bilhão, de modo a colocar o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) na presidência da Câmara dos Deputados, é uma das melhores notícias econômicas das últimas semanas. Há, na verdade, mais motivos que se imagina para saudar o início da era "pós-Severino".

Não importa que a maior parte das verbas a serem liberadas (R\$ 680 milhões) seja destinada ao Ministério dos Transportes, ocupada por Alfredo Nascimento, do PL, e que sejam contempladas no bolo emendas de parlamentares cujos votos o Planalto tentou, com êxito limitado, conquistar. Se esse dinheiro for gasto com lisura e de forma transparente, sendo aconselhável uma auditoria específica, os milhões de brasileiros que são obrigados a transitar por rodovias federais em condições abaixo da crítica só terão que agradecer. Em país que ainda hoje carece de uma infra-estrutura decente, só o fato de eliminar certos gargalos no transporte pode ser decisivo para que se possa manter o "export drive". E projetos existem às dezenas. É só puxar as gavetas nos Ministérios dos Transportes, da Integração Regional, das Cidades, etc.

Os métodos pelos quais o governo resolveu liberar essa grana não são ortodoxos, mas é muito mais chocante verificar que o setor público (incluindo o governo central, os estados e os municípios) acumulou, no período janeiro-agosto deste ano, um superávit primário (exclui juros) de 6,26% do PIB, muito acima da meta fixada para este ano (4,25%) do PIB.

Quer dizer, além de deixar o

leão à solta, com a carga tributária chegando a 39,34% do PIB no primeiro semestre deste ano, os cofres têm permanecido trancados nos três níveis de governo. E assim ficariam até 2006, que promete ser um glorioso ano eleitoral. Não só as burras vão se abrir no plano federal, mas também nos estados e municípios. Veja-se, a propósito, o plano de obras do governo paulista para o estirão final do governo Geraldo Alckmin.

Isso é normal e esperado. O espantoso é o déficit nominal (que incorpora os juros) ter sido de R\$ 78,93 bilhões nos primeiros oitos meses deste ano, correspondendo a 2,12% do PIB, taxa bem inferior à média da União Européia (2,60%). Cheira a escândalo constatar que o déficit nominal brasileiro representa 74,6% das despesas totais com juros da dívida pública (R\$ 105,7 bilhões) no período considerado.

Trocado em miúdos: o governo tirou verbas de R\$ 26,8 bilhões, que deveriam ser destinadas a seu custeio e a investimentos, para pagar juros. A isso chama-se de responsabilidade fiscal, mas, na realidade, é um efeito perverso, para dizer o mínimo, da política de juros estratosféricos para combater a inflação e atrair aplicações externas de curto prazo, que, por sua vez, deprimem a taxa de câmbio, agora em R\$ 2,21 por dólar.

Vê-se que a crise política pode deixar algum saldo econômico favorável, além dos remendos políticos, como a reforma eleitoral-partidária que se pretende implementar agora, depois de as portas terem sido arrombadas.